

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo Class.: PIX - BR 80 393

Data: 04.12.73

Pg.: _____

Venda irregular de terras tem inquérito em MT

Do correspondente em CUIABA'

A pedido do Departamento Jurídico do Estado, a Procuradoria Geral de Mato Grosso instaurou inquérito para apurar irregularidades na venda de terras que, inicialmente, parecem envolver mais de um milhão de hectares nos municípios de Aripuanã e Chapada dos Guimarães, avaliados em quase um bilhão de cruzeiros. O inquérito foi instaurado depois que o advogado Carlos Fernandes, ex-presidente da Comissão Especial de Terras do Estado concluiu um relatório de mais de mil páginas.

O problema foi descoberto em decorrência de uma pesquisa determinada pelo governador que pretendia levantar os títulos de posse do Estado visando a alienação de terras de seu domínio, através do levantamento de áreas ainda devolutas.

A pesquisa partiu dos arquivos do extinto Departamento de Terras e Colonização, incluindo vistoria em documentos dos cartórios de registros de imóveis. Com isso, será possível atualizar os mapas cadastrais com o que o governo pretendia iniciar processos de alienação das terras.

Logo após os primeiros levantamentos, a comissão encarregada da pesquisa começou a se defronar com documentos falsos através do qual um grupo calculado em 108 pessoas obtia títulos definidos de posse de imóveis rurais, promovendo em seguida a sua venda, já que tinha consigo a transcrição nos registros imobiliários.

Segundo o relatório apresentado à Procuradoria Geral do Estado, os falsários simplesmente elaboravam um formulário originalmente utilizado pelo extinto Departamento de Terras e Colonização, com o qual, falsificando assinaturas e carimbos, conseguiam transcrever no Registro de Imóveis.

Com isso, a venda podia-se processar, aparentemente de forma legal e chogou-se até mesmo a recolher, aos cofres do Estado, a quantia de 10 cruzeiros, referente a um por cento do imposto de Transmissão sobre uma fictícia venda de 9.975 hectares cobertos de mata por mil cruzeiros. Na verdade, essa área vale muito mais que isso.

O promotor Aloisio Fabiano Lima já apresentou sentença de pronúncia no processo, requerendo ainda a prisão preventiva de 108 indiciados.

Outra estrada em área de indígenas

A construção de uma estrada de 700 quilômetros ligando Vilhena ao Núcleo Pioneiro de Humboldt, na cidade científica que está sendo instalada no Município de Aripuanã, está preocupando técnicos da Universidade Federal de Mato Grosso. A estrada cortará o Parque Indígena de Aripuanã, onde vivem pelo menos 2 mil índios cintas-largas, num precário estágio de integração. São os mesmos que em 1971 mataram o sertanista Possidônio Bastos e o funcionário da Funai Acricio Lima.

Constatado o perigo que uma estrada cortando um parque indígena pode trazer aos índios — como no caso da BR-080 atravessando o Xingu — técnicos da Universidade acreditam que, além de não ser prioritária, a estrada poderá trazer muitos problemas aos índios e até desvirtuar a orientação científica que se pretende dar ao Projeto Aripuanã. Contudo, a decisão de abrir a rodovia foi tomada sexta-feira passada, numa reunião do superintendente da Sudeco, Jairo Nelson Jairo de Farias como empresários que adquiriram terras na região e o governador José Fragelli.

— A abertura de uma estrada nessas condições — dizem os técnicos da Universidade — além de colocar em perigo o habitat cinta-larga, irá contrariar fundamentalmente os programas do projeto, que não prevem a fixação do homem na

área de Aripuanã de maneira descontrolada.

Com a rodovia, de acordo com as previsões das fontes, irá um tipo de colono considerado indesejável, o agricultor nômade e destruidor do meio ambiente.

Para construção da rodovia a Sudeco destinará 15 milhões de cruzeiros, enquanto o restante será coberto pela Prefeitura de Aripuanã, empresários que terão suas terras e projetos beneficiados e pela Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso — Codemat.

Para o presidente da Companhia, Gabriel Muller, a estrada tem muita importância. "Quer queiram, quer não, será de importância fundamental para a colonização da área por parte de empresários que recentemente adquiriram do governo do Estado dois milhões de hectares de terras em Aripuanã. Com relação aos índios, isso não é problema nosso, mas sim da Funai, que, afinal, faz parte do mesmo Ministério (Interior) que abriga a Sudeco".

A decisão tomada na sexta-feira, no entanto, leva a crer que a Funai já autorizou a passagem da rodovia pelo parque indígena. Na verdade, ao anunciar, há cerca de um mês, uma nova política de criação de reservas e parques indígenas, a Funai decidiu reduzir a área do parque de Aripuanã de 3.600 mil para 1.672 mil hectares.

Brancos e índios, vítimas da vida sem paz no Xingu

MÁRIO CHIMANOVITCH
Enviado Especial

Qual será a maior vítima do processo de violência que envolve hoje brancos e índios na BR-080? Desde que a estrada reduziu os limites do Parque Nacional do Xingu, índios e brancos vivem em tensão na disputa de uma terra vital para um e outro lado.

Desde que alguns operários que participaram da construção da BR-080 decidiram ficar no povoado de Piaraçu, nasceu um clima de hostilidades com os índios txucarramães, de uma hora para outra com sua tribo desagregada em consequência direta da construção da hoje pouco movimentada estrada. Para o branco, um pedaço de terra naquela área extremamente fértil, sempre coberta de matas, significa a realização do sonho acaalentado nos asperos sertões do Maranhão. Ao índio restava apenas a contatção de que seus campos de caça foram reduzidos e em seu lugar crescia uma estranha forma de civilização.

Por mais amor que se possa ter à causa indígena, é forçoso reconhecer que o branco que habita hoje o Piaraçu é tão vítima quanto o próprio índio. Desta vez, porém, a omissão da Funai é mais estranhável, pois, ao contrário de situa-

trabalho de uma mão-de-obra excepcionalmente barata. Os posseiros dão mostras de precisarem de uma fundação como a do índio, que os ampare. No meio da selva, eles não conhecem os benefícios do Funrural, cuidados médicos nem alimentação elementar.

Quando os homens de Piaraçu resolveram defender-se com armas na mão contra um futuro e hipotético ataque dos txucarramães, estavam, na realidade, defendendo a sua vida, não a física, posta em risco diante de um combate com os índios, mas sim a de verem suas famílias finalmente fixadas "num lugar de futuro" — como afirmou recentemente um deles.

Para os txucarramães, embora igualmente dramática, a realidade não é tão desesperadora quando à dos posseiros. Eles ainda têm a possibilidade de paz e sobrevivência dentro dos limites seguros do Parque. Para tanto, Cláudio Villas Boas tenta convencer as duas facções que se recusaram a abandonar suas roças e antigos campos de caça a ingressarem novamente no parque, reagrupando-se para o bem comum.

Cláudio, no entanto, talvez não saiba afirmar com certeza, hoje, até quando o parque continuará sendo o que há de melhor em pol-

tica indigenista no Brasil. Correram rumores de que o sertanista, desgostoso, estaria disposto a abandonar o parque, pois já estaria profundamente descrente da possibilidade de sobrevivência da reserva. Mas ele não é de todo inflexível, pois sabe que aquele punhado de pessoas maltrapilhas nada mais são do que o instrumento menor de uma política irreversível de ocupação, prestes a ver no índio uma nova fonte de mão de obra, numa terra que mais dias menos dias pertencerá a um único senhor: o boi.